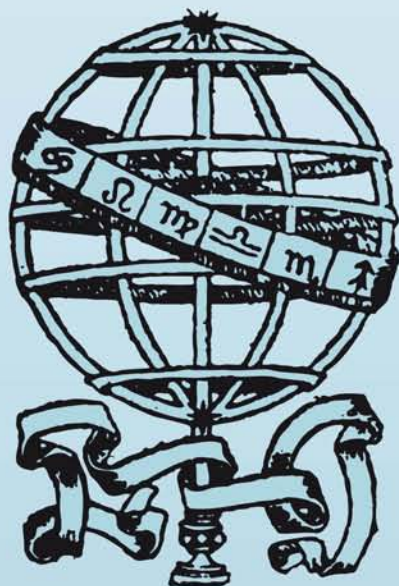


ÁLVARO RIBEIRO

# A RAZÃO ANIMADA

Posfácio de JOAQUIM DOMINGUES



COLECÇÃO PENSAMENTO PORTUGUÊS

IMPrensa NACIONAL - CASA DA MOEDA

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO (História e biografia) .....	11
---	----

### I PARTE

#### O PENSAMENTO

1. Autognose .....	35
2. Psicologia .....	43
3. Tradição .....	53
4. Linguística .....	61
5. Poética .....	67
6. Retórica .....	77
7. Lógica .....	83
8. Estilização .....	91
9. Semântica .....	99
10. Conceitos .....	107
11. Juízos .....	113
12. Inferências .....	119

### II PARTE

#### O MOVIMENTO

13. A antropologia .....	127
14. O criacionismo .....	135
15. O diálogo .....	147
16. A escola .....	161
17. O sentimento .....	173

18. A imaginação.....	187
19. O conto .....	209
20. O amor .....	219
21. O romance .....	233
22. A justiça .....	249
23. A novela .....	263
24. A morte .....	281

\*

<i>Nota,</i> por JOAQUIM DOMINGUES .....	293
---	-----

*AOS MEUS SUPERIORES*

## INTRODUÇÃO

*Entre os acontecimentos mais relevantes da cultura portuguesa na primeira metade do século XX figura certamente a luta contra o positivismo. A restauração do perene significado da filosofia foi obra de vários escritores que, por modos convergentes, denunciaram os malefícios da sistematização errada no ensino público. Concluída a fase crítica e polémica, efectuou-se a demonstração de que existe uma filosofia portuguesa, caracterizada por teses próprias, e, mais ainda, de que existe um modo português de filosofar.*

*A razão especulativa, ultrapassando a razão positiva e a razão dialéctica, abriu por fim novos caminhos ao progresso da cultura nacional. Em lugar de um pensamento português, inqualificado e informe, que permanecera latente, obscuro e oculto na História de Portugal, deveria ser reconhecido e revisto aquele pensamento filosófico, suficientemente caracterizado e determinado, que nos guiara outrora para mais alta verdade transcendente. Após vários decénios de derrotismo baseado em meras opiniões privadas, particulares ou partidárias, que não em demorada hermenêutica de documentos e monumentos, voltou a ser descoberta a rota iluminada pela estrela da esperança.*

*Em 1932 comemorava todo o mundo culto o centenário da morte de Jorge Guilherme Frederico Hegel. Tornava a ser actual a doutrina do mais alto, puro e subtil filósofo alemão, o qual havia afirmado sem dúvida os génios das nações, em palavras frequentemente repetidas e diversamente comentadas: «Um povo culto, mas destituído de metafísica, é como um templo luxuosamente adornado mas, afinal, privado de santuário.»<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> G. W. F. Hegel, *Wissenschaft der Logik*, Erster Teil, Vorrede zur ersten Ausgabe. Nürnberg, 1812. Tradução italiana de Arturo Moni, Bari, 1924.

*A atenção dos nossos estudiosos dirigia-se, porém, de preferência para a magistral Filosofia do Direito, em que o lúcido pensador, depois de anular o valor doutrinal de utopias várias, definia a constituição política em termos compatíveis com a tradição singular de cada povo.*

*Em 1940 celebrava Portugal o oitavo centenário da sua independência política e da sua autonomia cultural. As comemorações efectuadas de século a século significam, ainda mais do que as que se repetem de ano a ano, um ritual propício ao culto da Pátria, actuam para despertar as consciências adormecidas pela rotina do calendário burocrático e administrativo, valem de acesso às fontes remotas das energias espirituais. Melhor oportunidade do que a redacção das teses e comunicações a apresentar ao Congresso do Mundo Português não haveria para restabelecer a ligação entre a memória individual e a memória colectiva, ou memória étnica, ligação que se afigura óbvia a quem meditar sobre os segredos da hereditariedade e do instinto.*

*Aos novos investigadores competiria rever e discutir a tese, muitas vezes repetida, de que, ao longo de oito séculos de cultura, os pensadores portugueses não haviam sido mais do que felizes ou infelizes divulgadores das filosofias estrangeiras. Estava escrito que Pedro Hispano havia sido um tomista, estava escrito que Leonardo Coimbra havia sido um bergsonista. Estas e outras falsidades eram então admitidas sem dúvida, apenas porque confirmavam o pessimismo dos doutrinadores do século passado, segundo o qual o homem português seria incapaz de livre pensamento.*

*Conviria restabelecer, quanto antes, a verdade, e corrigir a narrativa proposta pelos autores de compêndios de História da Filosofia Universal. A verdade a restabelecer é a de que nenhum pensador se limita a apresentar, expor ou divulgar um sistema filosófico elaborado por outrem; o pensador utiliza a matéria alheia para lhe imprimir uma forma própria. O inventário dos sistemas filosóficos ensinados em Portugal dá-nos apenas possibilidade de subordinar, às nomenclaturas provenientes da ortodoxia estrangeira, os axiomas secretos dos pensadores que entre nós escreveram obras de filosofia.*

*Que três tradições concorrem para a formação da filosofia portuguesa, tradições convergentes para a mesma doutrina acerca do pecado original de desumanização da Natureza, havia sido já demonstrado por Sampaio Bruno; mas estranho parecia que em 1940 estivesse esquecida a tese de que a disciplina de Aristóteles entre nós se compatibiliza e compõe com a meditação constante sobre as virtudes teológicas. A temática das relações da fé com a razão, da esperança com o movimento, e da ca-*

*ridade com a justiça, aparece e reaparece em centenas de escritos afirmativos e negativos, como em dezenas de obras de artes plásticas. Não saber ler, não saber ver o que está em evidência, não reconhecer as características da filosofia portuguesa, representaria um atraso cultural e um desmentido solene às expectativas dos patriotas.*

*As memórias e comunicações apresentadas ao Congresso do Mundo Português não revelaram espírito reflexivo, porque o mérito de reflectir está em comparar o real com ideal, e, conseqüentemente, não explicaram a independência política, de que Portugal dava um admirável exemplo em 1940, pela superior e verdadeira razão da autonomia cultural. A decepção foi seguida de depressão, a que reagiram breves meditações singulares sobre a crise do espírito português, sobre as relações do espírito com o pensamento, e sobre a ausência de filosofia na escola nacional. Verificada a falência do positivismo de Saint-Simon a Emílio Durkheim e a Leão Duguit, ressurgiu então o problema de escolher a doutrina filosófica mais conveniente para disciplinar a cultura portuguesa, e respondiam os estudiosos de sistemas estrangeiros com propor a Portugal neutro os modelos adoptados pelos povos beligerantes.*

*A hora era propícia à divulgação do existencialismo, apresentado em termos dialécticos na qualidade de sistema que opõe, ou antepõe, a existência à essência, o existente ao essente. A existência ou posição do homem no mundo, que o positivismo definira antes da primeira guerra mundial, transformara-se de certeza em incerteza aos olhos dos pensadores que não compreendiam já as virtudes teológicas. O estudo dos sentimentos, outrora transferido da filosofia para a psicologia, obtinha agora prioridade sobre o estudo dos pensamentos.*

*Evocar a posição do homem perante a morte, e, conseqüentemente, descrever a angústia, o medo e o terror, era um exercício preparatório de diluição pessimista de situações mais comuns, como o tédio, o aborrecimento e a fadiga, perante outra espécie de morte que é a banalidade quotidiana. A filosofia existencial iria encontrar na literatura não só um campo de investigação, mas também um meio de expressão. Desdenhando das certezas técnicas, científicas e metafísicas, que o ontologismo sem crítica havia afirmado essentes, os existencialistas de vários cambiantes proclamavam insoluto o problema das relações do tempo com a eternidade.*

*A temática existencialista ou, pelo menos, aquela que obtém projecção literária é, afinal, a temática do pecado. As chamadas descrições fenomenológicas dos sentimentos pecaminosos não alteram, mas apenas completam, as descrições positivistas das situações pecaminosas, pelo*

que devem ser consideradas como pertencentes ao mesmo ciclo da história da literatura. Desde que a literatura deixou de ser o modo indirecto, e até impessoal, de o escritor dar expressão à consciência que adquire da liberdade, da graça e do milagre, enfim, do sobrenatural, o humanismo declinou pelo agnosticismo de Kant e recaiu no pessimismo desolador dos sistemas de tragédia.

Se o existencialismo de Kierkegaard representa reacção contra o sistema de Hegel, e se abandonar o hegelismo equivale a considerar a razão especulativa incapaz de alcançar a verdade absoluta, teremos de estudar o novo agnosticismo nas suas relações com os Prolegómenos a Toda a Metafísica Futura que Queira Apresentar-se como Ciência. O célebre professor da Universidade de Koenigsberg era um crente, cria como um publicista dogmático e não como ocultista céptico, acreditava firmemente nos valores jurídicos de garantia moral. Era um dogmático, e se por dogma entendermos uma barreira oposta ao conhecimento humano, um marco natural ou um termo artificial, não poderemos deixar de nos intimidar com as palavras e as fórmulas rigoristas que se encontram nas obras de Kant<sup>2</sup>.

Sabem as pessoas medianamente instruídas que Manuel Kant foi autor de uma obra intitulada Crítica da Razão Pura (1781), mas poucas observam que aos nossos ouvidos aquele título ressoa como agnosticismo impiedoso e pecaminoso contra a doutrina do Espírito Santo, contra a terceira pessoa da Santíssima Trindade. Todo o anticristianismo pretérito, como o de Espinosa, ou retardatário, como o de Nietzsche, parece jogo inocente ao lado da arte nociva do célebre eremita que residiu na Prússia Oriental. Sempre que, em períodos de crise ou de indeterminação, a filosofia regressa a Kant, como Anteu, o pensamento humano recai naquele círculo doloroso que não comporta a palavra esperança.

A fidelidade à base, ao solo e ao sólido é efectivamente característica do pensamento alemão. Vemos que os equivalentes alemães das nossas palavras fundo, fundar e fundamento obsidiam a mentalidade desse povo mineiro, engenheiro e industrioso. Há uma religião da dor contrária à religião do amor, mas o heroísmo que se caracterize apenas pela

---

<sup>2</sup> Ver a distinção entre *Grenzen* e *Schranken*, geralmente traduzidos por *limites* e *confins*, distinção que também pode ser traduzida por *finisterra* e *fronteira*. Immanuel Kant, *Prolegomena zu einer jeden künftigen Metaphysik*, 1783, § 57.



*aceitação da dor não faz a felicidade de um povo, e provoca até a infelicidade dos outros povos.*

*A circunscrição do pensamento filosófico pelos dogmas kantistas necessariamente estimula o vício da crítica e transforma a crítica em polémica. A nova lógica será já uma lógica de discussão, e não uma lógica de invenção, conforme o ensino clássico. É notável que a palavra dialéctica, designativa de uma disciplina do trivium, haja depois de Kant passado a significar uma arte de objecção e de refutação.*

*A política que daquela filosofia alemã deriva é, essencialmente, uma expressão e uma expansão da vontade. A vontade tende a ser considerada a primeira faculdade humana, porque o seu poder de decisão, muito útil na ordem prática, corta o nó de problemas que permaneceriam insolutos se fossem confiados apenas à razão estética e à razão teórica. A vontade tende também a comportar-se com as pessoas do mesmo modo que se comporta com as coisas, a não distinguir entre pessoa e coisa, enfim, a «cousificar».*

*A vontade costuma ser equiparada a uma força, e há quem fale em força de vontade. Não é bem assim. A vontade é a aptidão para «fazer das fraquezas forças», para realizar uma economia que torne valente o que há-de por fim ser valioso.*

*A profunda filosofia alemã, na sua profundidade integra a antropologia na biologia, e restaura desse modo a mitologia telúrica dos povos germânicos. Assim a palavra Wille, que traduzimos por vontade, segundo os dicionários, e que os filósofos alemães equiparam a Der Mann e a Die Welt, desce ao plano semântico do que em bom português diríamos vida profunda. Explicável será, por boa filologia, que o título da obra-prima de Artur Schopenhauer Die Welt als Wille und Vorstellung (1819), geralmente traduzido por O Mundo como Vontade e Representação, seja o manifesto amargo de que o paganismo é fundamentalmente a religião da dor.*

*A formação do pessimismo claramente manifestado por Schopenhauer, Nietzsche e Heidegger, em obras de tão fácil influência como a expansão do mal, teve origem na cosmologia da violência, proposta por Galileu, em oposição à cosmologia da naturalidade, doutrinada por Aristóteles. Tudo quanto equiválha a tirar os seres dos seus lugares naturais, por transporte violento em vez de morosa evolução, desenhará uma queda que tem correspondência científica na noção de gravidade. Ora ninguém desconhece que por muitos séculos o pensamento português ficou fiel, por três tradições fiel, à cosmologia de Aristóteles.*

Foi a noção de Firmamento, e não a de Fundamento, aquela que motivou o Elemento implícito na História de Portugal. Aristóteles garantiu-a pelo conceito do motor imóvel, aliás compatível com o mundo infinito, criado por Deus. Os progressos da geografia e da astronomia, realizados nos três séculos modernos, não revogaram, antes aperfeiçoaram, da imagem para o conceito, o que religiosamente se deve entender por Céu.

A filosofia alemã, dominante nos séculos XIX e XX, pretende ser a filosofia universal. Lembremo-nos sempre de que universal não significa mais do que adunante, mas se reflectirmos bem em que pluralidade não equivale a parcialidade, veremos também que o real não corresponde ao ideal. Ilusório é esperar que uma actividade meramente terrestre efective entre as raças, os povos e as nações aquela adunação que tem por arquétipo o amor.

A divulgação da cultura alemã durante a segunda guerra mundial não beneficiava, aliás, de condições favoráveis para influir na filosofia portuguesa. Em 1940 reagia Portugal contra as doutrinas sociológicas de sofismação dialéctica, pelo que seria inconsequente rejeitar em política e admitir em filosofia o agnosticismo de Kant e seus discípulos. Nem o positivismo de Husserl nem o ateísmo de Heidegger foram sequer traduzidos de modo a conseguir perfeita aceitação dos intelectuais portugueses.

Dez anos haviam sido consumidos na divulgação de uma antropologia da insinceridade, segundo a qual o homem esconde, disfarça ou cifra os motivos da sua acção pessoal e social. Nesse decénio atingiram inesperada mas explicável popularidade o freudismo e o marxismo. Vários escritores aplicaram o seu engenho a interpretar a cultura portuguesa pelos motivos dominantes naquelas doutrinas dogmáticas, convencidos de que tais permutações chegariam a valer de provas, porque convencidos também de que o positivismo havia para sempre refutado a antropologia filosófica.

A segunda guerra mundial obrigou os povos europeus a reflectirem sobre a tese ateísta segundo a qual a infelicidade humana provém da má organização da sociedade. Opostos sistemas políticos na sua oposição anulavam o positivismo que não havia sido mais do que doutrina de compromisso e de transição. A pouco e pouco desapareceu a crença de que a felicidade do povo está dependente de qualquer sistema de sociologia, e começaram os estudos sobre a evolução da personalidade humana.

O existencialismo de Karl Jaspers, proveniente de um psiquiatra estudioso dos fenómenos de frustração e agressividade, teve o mérito de

*demonstrar que sempre hão-de as relações sociais definir situações de inferioridade e de superioridade, sem alteração visível das virtudes e dos vícios dos homens*<sup>3</sup>. Modificou-se o significado da questão social e da luta de classes quando foi visto que a dissociação levada a efeito pela indústria moderna, entre a pessoa que pensa, a pessoa que manda, e a pessoa que paga, teve por consequência submeter o valor do trabalho humano a um critério impessoalista, cousista e materialista, incompatível com a doutrina da justiça. A noção de trabalho, relacionando o homem com a matéria, o utensílio e a máquina, projectou para fora do domínio científico os postulados naturais da sociologia.

Já antes do existencialismo havia sido visto, à luz de uma epistemologia exigente e coerente, que a chamada sociologia não pode servir de base a uma técnica política, porque é uma falsa ciência. Ela não obedece à lei do número, posto que as diversas sociedades de que se ocupa não são caracterizadas pela quantidade de seres humanos que as compõem, e na indeterminação numérica permite que os mesmos termos designem realidades muito heterogêneas. Ela não contém um princípio de movimento, ou de mediação entre noções contrárias, pelo que há-de recorrer à história, à biologia ou à geologia sempre que for obrigada a dar satisfação suficiente às exigências explicativas da ciência humana.

A sociologia, de inspiração alemã, é uma tecnologia da densificação dos impedimentos às relações humanas, explicável pela inteligência do mal. Assim, o preceito formulado por Emílio Durkheim, de considerar a sociedade como uma coisa, não basta para garantir um método científico<sup>4</sup>. As relações humanas são de pessoa a pessoa, e contra esta verdade de pouco valem os intermediários cousistas que ficticiamente representam as instituições ou a sociedade.

A sociologia materialista exige uma conseqüente definição de política. A política será a técnica de administrar as coisas, em vez da arte de governar os povos. Aparentemente anarquista, esta substituição anuncia e aconselha que se proceda para com os homens como habitualmente se procede para com as coisas.

---

<sup>3</sup> Dr. Karl Jaspers, *Die Geistige Situation der Zeit*, Berlim, 1931. Traduzido por Ramón de la Serna para espanhol, com o título *Ambiente Espiritual de Nuestro Tiempo*, Barcelona, 1933, Colección Labor, n.º 346.

<sup>4</sup> Émile Durkheim, *Les Règles de la Méthode Sociologique*, Paris, 1894.

*Insistiu Leão Duguit, nas suas lições aos alunos da Faculdade de Direito da Universidade de Bordéus, na tese de que em todas as sociedades existe a distinção entre governantes e governados<sup>5</sup>. A distinção é verdadeira, mas convém não esquecer que entre governantes e governados há também um sistema representativo de intermediários cuja denominação varia com as épocas e com os povos. A densidade deste corpo neutro explica muitas vicissitudes históricas de relação entre o elemento étnico e o elemento espiritual.*

*A governação, sempre figurada pela nau ou pela nave, quando não por emblema superior, representa a certeza de que só um vínculo espiritual pode associar os homens, ou a projecção desse vínculo na vida da alma e nos interesses do corpo. Contra esta verdade tradicional lutaram, mas em vão, os positivistas. Pretenderam tornar ridículas as crenças, e exigiram depois que os homens as escondessem no foro íntimo da consciência, e que nunca as manifestassem em público.*

*A oração teológica, «superstição anacrónica», deveria refugiar-se em sociedades mais ou menos secretas, depois no oratório inviolável da família, e por fim desaparecer. Não era decente, ao homem interessado por assuntos sociais, ousar sequer pensar em Deus, e assim verificamos que a legislação positivista se caracteriza pela omissão de tal palavra, de tal conceito e de tal ideia. Depois da teologia, o positivismo haveria de querer eliminar a metafísica, mas teve de se deter perante as exigências da própria metodologia científica.*

*Em 1940 estava por quase toda a gente verificado que a sociologia idealista, positivista ou materialista não poderia servir de doutrina explicativa da História de Portugal. Haveria, porém, que descobrir o motivo complexo (quer dizer, oculto) que inibia naquela data a opinião pública de comparar a nacionalidade com a sua filosofia, e a essa investigação se dedicaram os estudiosos que haviam ficado descontentes com os resultados do Congresso do Mundo Português. Datam, pois, de 1940 o desenvolvimento da filosofia portuguesa e a consciência de que existe um modo português de filosofar<sup>6</sup>.*

*Quem souber ler a nossa História da Literatura, e também a nossa História do Direito, não terá dificuldade em reconhecer que um*

---

<sup>5</sup> Léon Duguit, *Traité de Droit Constitutionnel*, Fontemoing, 1911.

<sup>6</sup> António Quadros, *A Angústia do Nosso Tempo e a Crise da Universidade*, Ensaios, Lisboa, 1956.

*espírito superior conferiu autonomia ao pensamento português. Os estudos positivos de Teófilo Braga, Fidelino de Figueiredo e Hernâni Cidade, no domínio da História da Literatura, como os de Paulo Merêa, Cabral Moncada e Marcelo Caetano, no domínio da História do Direito, comprovam que o modo português de filosofar não recebeu adequada expressão didáctica nas escolas instituídas por imitação da cultura europeia. Quem pensar no silogismo da árvore, constituída por um tronco mediador da raiz com a copa, quem souber ler o simbolismo do barco, do vaso e da nave nas obras das nossas artes plásticas, quem tiver leitura do que não está na escritura, facilmente entenderá que é destino do espírito português flutuar sobre as águas.*

*A Casa de Portugal, no extremo da Europa, talvez a muitos pareça ser a Pequena Casa Lusitana, de que falou Camões<sup>7</sup>. Esta expressão significa, porém, que Portugal é a metrópole de um país ultramarino, que o pensamento português é um pensamento atlântico. Estando acima do elemento líquido, que a tinta representa na arte de escrever, o pensamento inefável torna-se incomensurável com as vulgares expressões de cultura.*

*Portugal não é uma província, uma terra vencida, e portanto servil, da mentalidade dominante na Europa Central. Portugal é uma nação tão culta, e criadora de cultura, como aquelas que lutam pela supremacia na política internacional. Esta verdade tem de ser afirmada sem receio de que os comparativistas a contradigam pelos sinais que denunciam um complexo de inferioridade.*

*Razão há, pois, de acusar de provincianismo todos quantos, entre 1870 e 1940, defenderam o estulto programa de europeizar Portugal pela adopção de uma cultura estrangeira, talvez já ultrapassada. Quem for ler as obras de Cunha Seixas, Sampaio Bruno e Leonardo Coimbra facilmente descobrirá e descreverá o modo português de filosofar. Depois, pelo estudo comparativo da filosofia portuguesa com as filosofias estrangeiras, verificará que teria sido um erro provinciano aceitar sem crítica a tese dos que nos recusam autonomia cultural.*

*Antero de Quental, Eça de Queirós e Oliveira Martins procuraram obter fama pelo fácil processo de denegrir tudo quanto é português, e, consequentemente, o que constitui a razão de ser da nossa nacionalidade.*

---

<sup>7</sup> Luís de Camões, *Os Lusíadas*, canto VII, estância XIV.

*Discernindo muito bem que a cultura é o elemento mediador entre o culto e a civilização, os doutrinadores das Conferências do Casino adoptaram habilidosamente a dialéctica da contradição dos extremos, sem preverem que a necessária consequência tinha de ser a negação da Pátria. Administradas em livros que gozam de prestígio literário, as opiniões daqueles escritores ainda não foram completamente submetidas à metodologia da prova, e continuam a ser divulgadas até nas escolas de ensino público.*

*Cumpre-nos, efectivamente, conhecer as causas de geração da nossa nacionalidade, mas também nos cumpre conhecer as causas de corrupção da sociedade contemporânea, as quais parecem ser a perseverança no erro verificado e o cultivo maligno da inveja. Na inveja, no vício de não querer ver a diferença no semelhante, radicam a polémica, a crítica e a maledicência com que os Portugueses se rebaixam uns aos outros, e se apresentam colectivamente diminuídos aos olhos dos juizes estrangeiros. Enganam-se os que imaginam poder combater este vício pela imposição de regulamentos igualitários, porque assim o agravam, mas vemos os moralistas concorrerem com os invejosos na progressiva dificultação das iniciativas propícias à generosidade social.*

*A agressividade da inveja manifesta-se pela humilhação. Existem, infelizmente, na sociedade portuguesa, muitas práticas e muitas oportunidades de os contemporâneos infligirem uns aos outros as mais duras humilhações, a pretexto de justa aferição de valores, e de assim afastarem aqueles que espontaneamente mostram ser melhores. Esta recíproca defesa das mediocridades, limitando a digna afirmação do homem superior, é o motivo secreto da inversão do escol e, conseqüentemente, do declínio das instituições.*

*Dotados com a aguda inteligência das raças atlânticas, os Portugueses, que tão violentamente denunciam os defeitos dos seus contemporâneos, são de uma tolerância lastimável para os velhos erros que efectivamente observam nos documentos literários, políticos ou religiosos. Reconhecem os erros, mas evitam substituir as palavras escritas, alegando que «não vale a pena alterar o que está», protelando as reformas, deixando que a rotina acumule causas que concorrem para o atraso ou para a decadência da cultura. Falsa modéstia, falsa humildade, falsa virtude a de tolerar na linguagem designações incertas e nomenclaturas errôneas, em vez de as corrigir mediante neologismos audaciosos, para antecipação eficiente do pensamento futuro.*

*As nomenclaturas estrangeiras, adoptadas e conservadas nas escolas públicas, têm obstado entre nós à demonstração de que existe um*

modo português de filosofar, e, mais ainda, de que um espírito revelado em pensamentos, palavras e obras tem garantido, ao longo dos séculos, a autonomia da nossa cultura nacional<sup>8</sup>. Os professores portugueses de filosofia estrangeira, realizando apenas um ensino de tradução, sem cuidarem da correspondência dos seus conceitos com as nossas palavras, não dão educativo exemplo de culto pela verdade. Se quisermos, porém, que o nosso povo atinja os seus fins políticos, consciencializando o que até agora tem estado inconsciente, teremos de instaurar um sistema de cultura em que o modo português de ensinar esteja legitimado pelo modo português de filosofar.

Erro lastimável tem sido o de confiar o estudo de problemas de pedagogia e de didáctica a pessoas sem prévia preparação de estudos de gnosologia. A aquisição de conhecimentos, actividade do aluno, que deveria interessar muito mais ao pedagogo do que a transmissão de conhecimentos, actividade do professor, pressupõe resolvidos os problemas que costumam ser estudados na psicologia da memória. Em todas as culturas está, ainda quando não pareça estar, a pedagogia subordinada à filosofia.

Filosofar é desenvolver a aptidão humana para o conhecimento supranormal. Tal aptidão adquire-se pela oração, tanto pela oração mental como pela oração verbal. Seria fácil extrair dos livros de Guerra Junqueiro, Sampaio Bruno e Leonardo Coimbra as frases confirmativas de que na prece está o primeiro acto da arte de filosofar.

Esta noção de filosofia tem por imagem o acto de abrir os olhos para outra realidade, e na procura do saber teórico, ou propriamente do resultado do conhecimento que é a teoria, alguns escritores confundem filosofia com metafísica. Garantida está aquela noção pela prova de que, ao longo da história cultural, nenhum sistema filosófico pode deixar de admitir a gradação do conhecimento humano, metodologicamente afirmado ou por uma tábua das categorias, ou por uma classificação das ciências, ou por determinação das regiões da realidade. Aqui se nota quão enganosa, falsa e absurda é a expressão teoria do conhecimento, usada nas escolas, mas adoptada por vício de imitar a nomenclatura estrangeira.

Inútil seria um modo de cultura que não facultasse àqueles que estudam um saber de ordem superior. Explica-se que a palavra pensamento

---

<sup>8</sup> Sobre os modos de filosofar ver: Charles S. Peirce, *How to make our ideas clear* (1878); Alfred N. Whitehead, *Modes of Thought*, New York, 1938; I. M. Bochenski, *Die Zeitgenössischen Denkmethode*, Bern, 1954.

tenha menor dignidade do que a palavra filosofia, exactamente porque pensar é próprio de todos os homens e filosofar só é dado aos homens superiores. Assim vemos que os últimos positivistas preferem falar de pensamento português, que dividem em pensamento moral, político e religioso, a adoptar claramente a expressão de filosofia portuguesa.

Se a filosofia fosse realmente o acesso à metafísica por intermédio da lógica, e se a lógica fosse como que uma gramática geral, válida para todos os idiomas, e portanto universal — conforme foi outrora ensinado nos liceus —, todos os sistemas gnosiológicos haveriam de ser reduzidos a uma só forma de racionalismo. Durante muitos séculos esteve a razão filosófica mais ou menos subordinada à lógica de Porfírio e de Boécio, erradamente confundida com a lógica de Aristóteles. À medida, porém, que o experiencialismo aristotélico foi sendo combinado com os métodos apropriados às ciências físicas tornou-se cada vez mais difícil aceitar a palavrosa metafísica.

O racionalismo agnóstico, que atingiu a perfeição na obra de Kant, preparou o intelecto humano a não admitir qualquer ciência de verdades consideradas superiores à razão. Esta incompatibilidade do racional com o irracional obrigaria o filósofo a acreditar mais na palavra alheia do que no pensamento próprio, sempre que as condições sociais da actividade humana aconselhassem tal obediência. O racionalismo agnóstico precede e prepara a demissão do livre pensamento perante o voluntarismo prático.

Nada custa tanto a um homem livre como ter de mentir, ou, o que é o mesmo, ser forçado a dizer que acredita no que lhe repugna à razão. A firmeza no agnosticismo impede-o de, como dissemos, abrir os olhos para a realidade. Contra o racionalismo agnóstico de Kant só há o recurso de demonstrar que a razão é flexível, ou animada, o que equivale a reproduzir a crítica de Hegel ou a restaurar a lógica de Aristóteles.

A doutrina da razão, que está implícita na filosofia portuguesa, desenvolve-se em direcção contrária à do limitado racionalismo. Tal acontece devido a multissecular fidelidade à lógica de Aristóteles. Notadas foram já, porque notáveis, as semelhanças entre a filosofia inglesa e a filosofia portuguesa, entretecidas de névoa, bruma e sonho.

A gnosiologia dos pensadores britânicos subordina a razão humana a uma espécie de percepção transcendental. Assim é na antropologia, na cosmologia e na teologia. Esta tendência induz os comentadores superficiais no erro de confundir a pluralidade com a parcialidade, a multiplicação com a divisão, e a situar entre as linhas do empirismo, do cepticismo e do pragmatismo, as obras-primas da filosofia inglesa.